

Notícias

Privacidade
Proteção de Dados
Governance, Risco e Compliance
Inteligência Artificial



Bom dia,

Bem-vindo(a) à newsletter #117 da DPO Consulting, o nosso meio informativo sobre o mundo da Privacidade, Proteção de Dados, *Compliance* e Inteligência Artificial.

Contacte-nos e leve a sua conformidade a outro nível.

Proteja os Dados. Reforce a Confiança. Simplifique a Conformidade.

Nova Lei de Cibersegurança responsabiliza diretamente a gestão das empresas



A nova Lei da Cibersegurança, que transpõe a Diretiva NIS2 para o ordenamento jurídico português, vem alterar de forma estrutural as obrigações das entidades públicas e privadas em matéria de segurança digital. A partir de abril de 2026, as organizações abrangidas terão de demonstrar uma abordagem efetiva e contínua à gestão do risco cibernético, sob pena de coimas elevadas e sanções relevantes.

Um dos pontos centrais do novo regime é o reforço claro da responsabilidade dos órgãos de gestão. A cibersegurança deixa de ser vista como uma matéria

exclusivamente técnica e passa a integrar o núcleo das responsabilidades estratégicas, com impacto direto ao nível do conselho de administração e do CEO. A ausência de medidas adequadas, de governação interna e de capacidade de resposta a incidentes pode traduzir-se em responsabilidade pessoal.

Para muitas empresas, o desafio não será apenas tecnológico, mas organizacional e jurídico. Será necessária uma estruturação de processos internos robustos, na avaliação contínua de riscos e na criação de mecanismos de governança que assegurem conformidade e resiliência digital, sem comprometer competitividade. A coordenação entre reguladores e entidades supervisionadas será determinante para evitar sobreposições de auditorias e reduzir custos desnecessários.

Prepare a sua organização: A DPO Consulting apoia empresas na adaptação ao novo regime de cibersegurança, através de diagnósticos de conformidade, definição de modelos de governança de cibersegurança e formação executiva orientada para a gestão de topo. Avaliamos a exposição legal e operacional da sua organização e desenhamos um plano de adaptação ajustado aos riscos reais do negócio.

Contacte a DPO Consulting

Cibersegurança e Inteligência Artificial em 2025: Um novo paradigma de risco



Em 2025, a cibersegurança e a inteligência artificial deixaram de evoluir em paralelo e passaram a convergir de forma estrutural. A IA tornou-se simultaneamente um acelerador de ameaças e um pilar central das estratégias de defesa, alterando profundamente a forma como as organizações gerem o risco digital.

Este contexto é reforçado pelo enquadramento regulatório europeu. NIS2, DORA e o AI Act (Regulamento de Inteligência Artificial) exigem governança efetiva, controlo de riscos e envolvimento direto da gestão de topo. A

cibersegurança deixou de ser um tema técnico e passou a ser um tema estratégico.

A DPO Consulting apoia organizações na integração entre cibersegurança e governance de IA, através de diagnósticos de risco, definição de modelos de governance e formação executiva.

[Saiba Mais](#)

Caso Georgina: tribunal condena violação da privacidade e impõe indemnização



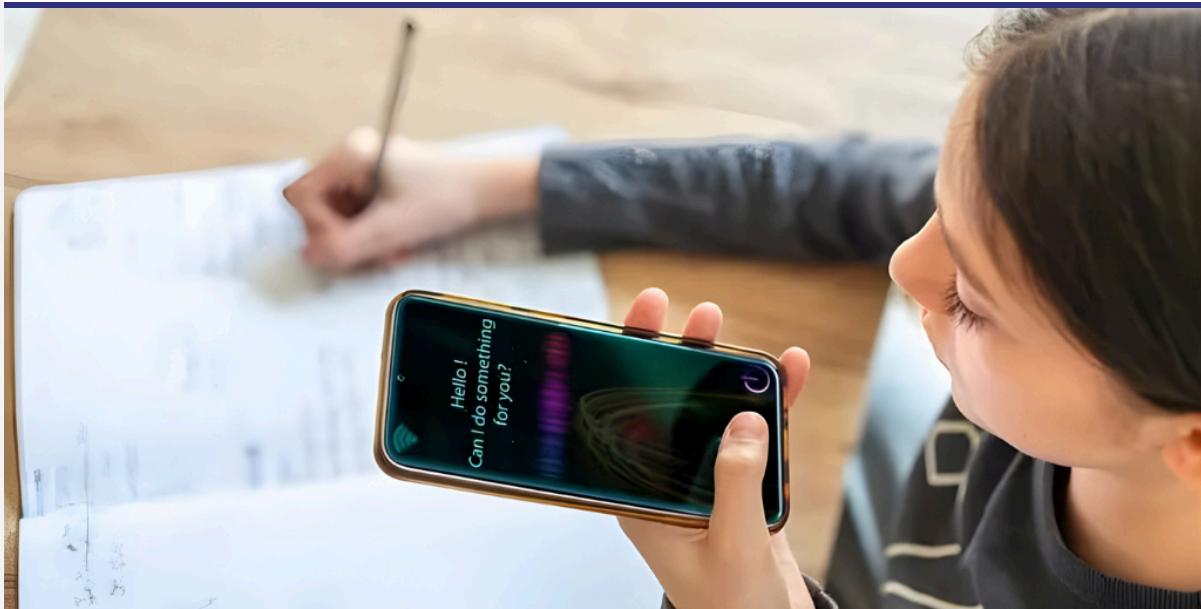
Um tribunal espanhol condenou uma estação de televisão pela divulgação do passado pessoal de Georgina Rodríguez antes de se tornar figura pública. A decisão considerou que a informação divulgada não tinha interesse público e violava o direito à vida privada.

O caso é relevante do ponto de vista da proteção de dados. A notoriedade posterior não legitima a divulgação retroativa de dados pessoais, sobretudo quando estes dizem respeito à esfera íntima e não são necessários para informar o público. Trata-se de um princípio alinhado com o RGPD, em especial com os critérios da licitude, proporcionalidade e finalidade no tratamento de dados.

A decisão é um aviso claro. Nem tudo o que é mediático é legítimo. A gestão responsável da informação pessoal continua a ser um dever jurídico, também nos meios de comunicação e no espaço digital.

[Saiba Mais](#)

Bruxelas apostava na IA e Portugal quer captar investimento



A Comissão Europeia está a acelerar a aposta na inteligência artificial, com programas e metas de investimento ambiciosas até 2030. O objetivo é claro: tornar a Europa competitiva em IA sem abdicar dos seus valores e da proteção de direitos fundamentais.

Em entrevista ao Expresso, Elsa Veloso, CEO da DPO Consulting, defende que a regulação da IA é necessária, mas alerta que a burocracia excessiva pode afastar investimento e travar a inovação. O problema não está nas regras em si, mas na forma como são aplicadas e na falta de literacia das organizações sobre as suas obrigações reais.

Segundo Elsa Veloso, Portugal tem uma oportunidade concreta para captar investimento se se souber posicionar-se como um país capaz de aplicar o AI Act de forma pragmática, com foco na governação, na execução e na confiança. A regulação pode ser uma vantagem competitiva. Mal aplicada, será apenas um custo.

[Leia o artigo na íntegra](#)

Partilhe, querendo, a newsletter da DPO Consulting.

Ficamos ao dispor para qualquer esclarecimento que haja por conveniente e voltamos ao contacto na próxima newsletter, com mais novidades e informações de relevo.

Até breve.

Elsa Veloso

CEO da DPO Consulting

DPO Consulting

Avenida da República, nº 18 3º - 1050-191 Lisboa
Rua Eugénio de Castro, 370 – H185 4100-225 Porto

[Contacte-nos](#)

A DPO Consulting tratará os seus dados pessoais, nos termos da sua [Política de Privacidade](#) cuja leitura recomendamos.

[Pretendo deixar de receber as newsletters DPO Consulting.](#)

[unsubscribe](#)

